



MULHERES NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
análises das demandas e conquistas das mulheres,
Anos: 2005 e 2006
Cidade do Recife/PE.

Realização:



Sumário

1.Introdução.....	3
2.Orçamento Participativo como ferramenta para avançar nos direitos das mulheres.....	4
3. Orçamento Participativo no Recife.....	6
4.Demandas e conquistas das mulheres no OP ate 2004.....	9
5.Demandas e conquistas das mulheres dos anos 2005 e 2006.....	12
6. Considerações finais.....	16

Este documento é parte do compromisso assumido entre o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia e UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, quando da realização de uma Pesquisa com ênfase na Participação das Mulheres no OP – Orçamento Participativo da Cidade do Recife na gestão de 2001 a 2004.

Como continuidade do processo, realizamos uma oficina com mulheres que participaram da pesquisa bem como representações de movimentos de mulheres na RMR -Região Metropolitana do Recife e representação da PCR – Prefeitura do Recife através da Coordenadoria do OP. Esta oficina estava voltada para o objetivo de dialogar com as mulheres os resultados da pesquisa e dos limites e possibilidades da participação das mulheres no OP.

Também como continuidade, resgatamos neste documento parte das análises apresentadas no relatório final da pesquisa ampliando as análises para a dimensão da construção do perfil dos grupos que compõe o OP no que trata a participação das mulheres e, análise sobre as demandas e conquistas para as mulheres a partir do OP tomando como referencia o periodo de 2005 e 2006.

Para a realização deste segundo documento, tomamos como base as análises construídas durante o processo de realização da Pesquisa, mas também fomos buscar fontes de informações junto á Coordenadoria da Mulher do Recife, bem como estudos através de documentos do próprio OP e da Prefeitura.

2. Orçamento Participativo como ferramenta para avançar nos direitos das mulheres

Como foi resgatado na Pesquisa elaborada pelo SOS Corpo com apoio da UNIFEM sobre a participação das mulheres no OP no Recife, o OP pode ser definido como um espaço de formulação de políticas públicas que ocorre em novas bases, modificando práticas tradicionais de planejamento e execução de orçamento dos municípios, até então tratados como “caixas-pretas”. Nesse sentido o OP instaura um espaço de debate entre cidadãos e cidadãs que confronta a tradicional tecnocracia estatal, a qual por sua vez, se coloca a exigência de dialogo e redefinição dos instrumentos técnicos de implementação das ações. Desta maneira o OP pode ser utilizado pelas mulheres como instrumento para apresentar suas demandas e conseguir conquistas no referente as políticas públicas e direitos das mulheres.

Os/as delegados/as do OP cabe a atuação na fiscalização e acompanhamento da construção de obras públicas e da aplicação eficiente dos recursos. Escolhem prioridades de ações e acompanham o processo de implementação de políticas públicas, em diálogo com o Estado, na construção de novos olhares e novas diretrizes na implantação das mesmas. Nesse sentido, a incorporação da dimensão de gênero, raça/etnia pode ser destacada como uma *possibilidade de mudança* no olhar sobre a realidade e sobre a implementação de políticas públicas. No entanto, ainda é uma realidade a ser construída na experiência de OP em curso.

Há muitas dificuldades no processo da execução orçamentária dos recursos definidos pelo OP, valendo ressaltar a limitação destes recursos em relação ao volume total de recursos da administração municipal, isto é, a escassez ou limitação dos recursos sobre os quais o OP decide

Do ponto de vista orçamentário, o OP delibera sobre cerca de 1% do orçamento municipal, alocado na rubrica de Investimentos, o que em valores absolutos significou cerca de 200 milhões, em um período de 6 anos. Assim, por definição, está em discussão no OP um orçamento específico e minoritário se comparado ao volume total do orçamento municipal e, mesmo, a campos específicos das políticas sociais com recursos vinculados, como a saúde e a educação.

É estrutural no processo a desigualdade com a que se encontram as mulheres na hora de apropriar-se do processo para a conquista de seus direitos como mulheres. Como foi resgatado na Pesquisa as mulheres a pesar de constituírem forte presença como participantes no Orçamento Participativo (nas plenárias, ou delegadas regionais ou ainda nas RPA) estas, não são maioria entre as delegadas eleitas nas instancias de representação e poder do OP a exemplo do COP – Conselho do Orçamento Participativo.

3. Orçamento Participativo no Recife

Desde a gestão do Prefeito Petista João Paulo, o OP ganha centralidade como mecanismo de participação popular na gestão municipal. Neta gestão (2001-2004) o OP assume um caráter deliberativo e uma nova metodologia, que consiste na realização de plenárias regionais e temáticas onde são eleitas as prioridades de ações da Gestão e eleitos/as delegados/as que comporão os espaços de representação do OP (Fóruns Temáticos, Fóruns Regionais e Conselho do Orçamento Participativo – COP). O ciclo do OP dura um ano e vai desde as reuniões preparatórias sobre a metodologia até a votação da matriz orçamentária na Câmara dos Vereadores.

- *Processo preparatório*: ocorre através de reuniões nas microrregiões da cidade (subdivisão de cada RPA em três áreas); nestas são discutidas a metodologia e o calendário do OP;
- *Plenárias regionais*: também realizadas nas microrregiões, totalizando 18 plenárias; nestas é feita a eleição de delegados(as) para os 09 fóruns regionais – na proporção de 1 delegado(a) eleito para cada 10 pessoas presentes – e de prioridades de cada área;
- *Plenárias Intermediárias*: estas plenárias ocorrem posteriormente às plenárias regionais e nela ocorrem as eleições de delegadas(os) que comporão os fóruns regionais;
- *Plenárias Temáticas*: ao final da gestão, compõem-se nove - Educação, Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Cultura, Mulher, Juventude, Negros/as. Nas plenárias temáticas, que são municipais (e não regionais), são eleitas as prioridades para cada uma das áreas específicas de políticas, como também delegados/as para os fóruns temáticos e sua coordenação.

No âmbito institucional, há uma Secretaria/Coordenadoria específica para a gestão do OP. A Secretaria do OP é integrada por Secretário/a Executivo/a e Secretário/a Adjunta e por Coordenadores Regionais, estes últimos responsáveis pela organização e acompanhamento do processo do OP em cada microrregião da cidade. Constituem-se em figuras importantes no desenvolvimento dos ciclos do OP e no acompanhamento dos Fóruns Temáticos.

Segundo o Regimento Interno do OP, os Fóruns de Delegados

“são instâncias de participação da sociedade civil, em nível de cada microrregião da cidade e temáticas, tendo por finalidades coordenar e fiscalizar, em sua área de atuação a execução do plano de investimentos e das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da gestão municipal.”
(artigo 1º.)

Os Fóruns de Delegados são compostos por uma coordenação¹, eleita pelos/as delegados/as, pela comissão de acompanhamento de obras e programas, por uma comissão de ética e delegados/as.

O Conselho de Gestão Democrática do Orçamento Participativo – COP tem por finalidade “propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias atinentes ao Orçamento do Município do Recife.” (artigo 21 do Regimento Interno) Tem assento no COP representantes dos fóruns temáticos, fóruns regionais, do Fórum PREZEIS, de secretarias municipais (SEOPG, SEPLAN e SEFIN), além de representantes dos Conselhos Setoriais existentes no município. Cabe aos/às integrantes do COP analisar e deliberar sobre a matriz orçamentária anual antes de seguir para a Câmara de Vereadores, além de acompanhar a sua votação.

Conforme já dito, o ciclo do OP tem duração de um ano. Essa temporalidade, por um lado, dinamiza a participação social nos bairros e, obedece à necessidade de votação da Lei Orçamentária Anual – LOA, por outro lado, coloca dificuldades no cotidiano da participação dos sujeitos, especialmente no que se refere aos espaços de representação, como os Fóruns e o COP. Para análise da matriz orçamentária, bem como para a discussão do que a gestão apresenta como proposta junto aos/as delegadas do COP, apresentações afirmam que o tempo para a formação técnica e articulação política sobre o orçamento é insuficiente.

A este respeito temos que ressaltar que a criação das estruturas criadas especificamente para as mulheres, como são a Plenária Temática das Mulheres e o Fórum Temático da Mulher (na plenária são eleitas as prioridades de atuação para cada

¹ Composta por um membro da Administração Municipal sem direito a voto, e dois delegados(as) das microrregiões ou temáticas. Nos Fóruns Regionais, o/a representante da gestão na representação é o/a coordenador/a do OP na microrregião e nos fóruns temáticos, representante de secretaria ou coordenadoria afim a temática.

ano e as Delegadas que conformaram o Forum Temático da Mulher) é um grande

8

conquista para as mulheres. Mais temos que constatar que há pouca relação entre o acompanhamento as prioridades nos Forum Temáticos com as prioridades eleitas nos Forums Regionais dificultando as mulheres a compreender que o que foi votado na sua comunidade tem (ou deve ter) relação com as prioridades e ações para efetivação de políticas para as mulheres na cidade.

Por tanto, os espaços onde as mulheres podem fazer suas demandas e alcançar conquistas não deveria resumir-se somente nas estruturas criadas especificamente para favorecer a participação das mulheres senão, fazer com que estas estruturas possam favorecer uma relação com a propria organização das mulheres nas comunidades, nas micro-regiões e nas regionais para fortalece-las e qualificar sua participação e poder de decisão nas várias instancias do OP. Como foi apontado na pesquisa e muito difícil para as mulheres ocupar lugares de decisão nas demais estruturas do OP (Forums regionais, Forums temáticos e particularmente no COP).

4. DEMANDAS E CONQUISTAS DAS MULHERES ATÉ 2004

Como foi apontado na Pesquisa uma das maiores conquistas na gestão de 2001 até 2004 para as mulheres foi a criação da Coordenadoria da Mulher, compromisso assumido durante a campanha eleitoral e uma reivindicação do movimento de mulheres e das mulheres militantes no Partido dos Trabalhadores. A Coordenadoria da Mulher do Recife está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, o que constitui uma reivindicação e conquista importante na constituição da nova Gestão Municipal, como forma de conferir poder e viabilidade as ações desenvolvidas, sobretudo porque a Coordenadoria passa a ter uma execução orçamentária própria².

O órgão responsável, na Gestão Municipal, pela efetivação das prioridades eleitas na Plenária Temática das Mulheres é a Coordenadoria da Mulher, que integra o Fórum Temático e realiza a prestação de contas anual das ações desenvolvidas.

O que rege as ações da Coordenadoria da Mulher são as deliberações da Conferência Municipal, mas o OP atua como um legitimador ou um espaço onde se faz pressão para que as deliberações da Conferência venham a ser implementadas. No ano de 2001, por exemplo, as prioridades eleitas na Plenária Temática da Mulher foram a implantação da rede de referência para mulheres em situação de violência, através da criação da Casa Abrigo e Centro de Referência, ações que foram implementadas no ano seguinte. Há uma certa superposição entre as deliberações da Conferência Municipal da Mulher e as prioridades eleitas no Orçamento Participativo. A realização da Conferência Municipal da Mulher e a constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher também foram prioridades eleitas pelas mulheres na plenária temática da mulher no mesmo ano. A Plenária Temática da Mulher se constituiu, assim, no primeiro espaço de participação e deliberação sobre as políticas públicas para as mulheres na Gestão Municipal. A partir de 2002, as ações da Coordenadoria passam a ser regidas pelas deliberações da Conferência Municipal da Mulher e respaldadas pelo Orçamento Participativo.

² Uma forte tensão colocada entre o movimento de mulheres e a Gestão Municipal, assim como no interior da própria Gestão, no ano de 2005, se deu com o anúncio de que a Coordenadoria da Mulher passaria a ser uma das divisões da Secretaria de Direitos Humanos. Sob pressão dos movimentos de mulheres e outros movimentos sociais, o Prefeito retrocedeu.

Na tabela abaixo, podemos vislumbrar a evolução dos recursos investidos na Coordenadoria da Mulher, em cada eixo temático de atuação.

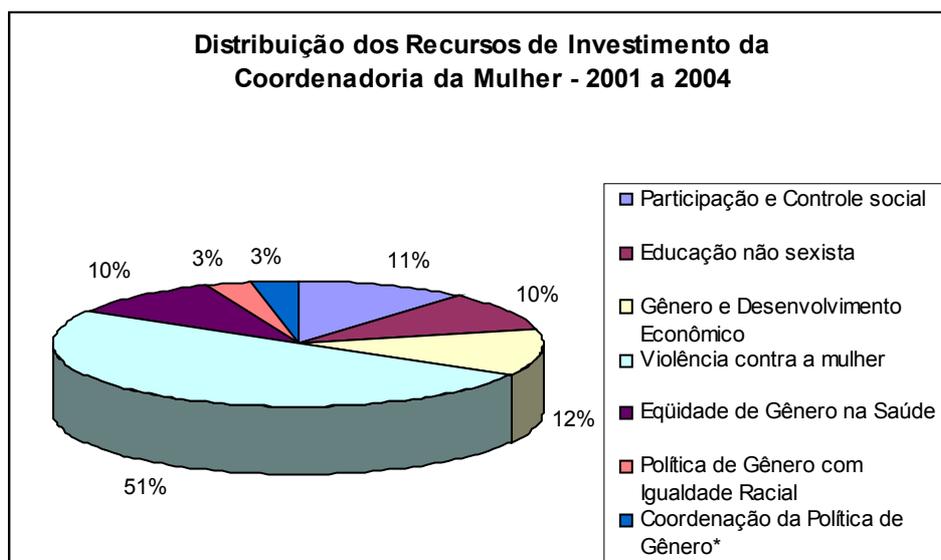
**Coordenadoria da Mulher – Recursos de Investimentos
Gestão 2001-2004**

Temática/Orçamento	2001	2002	2003	2004	Total
Participação e Controle social	6.100,00	53.000,00	50.000,00	228.474,00	337.574,00
Educação não sexista	24.000,00	40.000,00	70.000,00	151.020,00	285.020,00
Gênero e Desenvolvimento Econômico	21.700,00	73.000,00	130.000,00	130.000,00	354.700,00
Violência contra a mulher	51.000,00	260.000,00	460.000,00	737.931,00	1.508.931,00
Eqüidade de Gênero na Saúde	18.000,00	40.000,00	70.000,00	164.734,00	292.734,00
Política de Gênero com Igualdade Racial	0	0	0	86.044,73	86.044,73
Coordenação da Política de Gênero*	0	0	0	94.336,00	94.336,00
Total	120.800,00	466.000,00	780.000,00	1.592.539,73	2.959.339,73

Fonte: Coordenadoria da Mulher, 2005. Orçamento apresentado ao Fórum Temático das Mulheres.

* Este campo foi formulado no ano de 2004 e engloba as ações de articulação política, mobilizações etc. voltadas para consolidar a política de gênero na Gestão.

Na tabela acima, que ilustra a evolução dos recursos da Coordenadoria da Mulher nos quatro anos da Gestão. Há um incremento dos recursos a partir de 2002, quando se implementam as ações prioritizadas e deliberadas nas Conferências Municipais, inclusive com a criação de estruturas e serviços específicos de assistência às mulheres em situação de violência. No gráfico abaixo, apresentamos a distribuição dos recursos entre as diversas temáticas.



Percebemos no Gráfico acima que metade dos recursos (51%) se dirigiram aos programas de enfrentamento da violência contra a mulher (Programa “Nem com uma

flor”), considerando que os serviços de assistência às mulheres em situação de violência estão diretamente vinculados à Coordenadoria da Mulher. Em seguida, ficam as ações no campo de gênero e desenvolvimento econômico, com 12% e participação e controle social, com 11%. Na temática controle social estão alocados os recursos para a realização das Conferências Municipais da Mulher (que foram duas no período citado, em 2002 e 2004). As ações no campo da educação não sexista correspondem a 10% do orçamento municipal. Importante observar que as ações com maior investimento de recurso correspondem às prioridades eleitas nas plenárias temáticas das mulheres.

5. DEMANDAS E CONQUISTAS DAS MULHERES DOS ANOS 2005 E 2006

Para dar continuidade ao processo da Pesquisa realizamos aqui uma análise sobre os posteriores anos, 2005 e 2006, no referente as demandas e conquistas das mulheres no OP.

No ano 2005 as prioridades eleitas na Plenaria Temática da Mulher foram:

1. Criação de uma linha de crédito específico para as mulheres com acompanhamento técnico-gerencial sistemático.

A constituição da linha específica não foi possível por ser considerada inconstitucional, no entanto houve a iniciativa por parte da prefeitura em aumentar o acesso a crédito para as mulheres. Dos 1.735 cadastros liberados no Banco do Povo ano 2005, 1.064 foram para mulheres. 61% das pessoas que acessaram ao crédito foram as mulheres. Conquista importante através do OP. Entretanto, aqui há registros importantes a serem considerados entre o cadastro realizado onde apresenta uma maioria por parte das mulheres, mas também algumas dificuldades que são apontadas para que as mulheres possam de fato acessar o crédito solidário. Segundo a coordenadoria da mulher, uma das principais dificuldades é o fato de que a mulher se cadastra para o crédito e quando é o marido ou companheiro, e a mulher é sua avalista, ela é a responsável pela inadimplência, dificultando o seu acesso ao crédito.

Outra dificuldade são os impedimentos legais, a linha de crédito especial não pode ser igual para todas, inclusive para acessar pequenos empreendimentos para as mulheres.

Ainda nesta linha de ação foram realizadas:

Instalação da feira “Mulheres Tecendo a economia popular e solidária – realizada em 14 meses com 80 mulheres expondo e comercializando seus produtos.

Lançamento da Cartilha – Mulher e trabalho, 200 exemplares distribuídos.

Seminários de capacitação profissional de e de comercialização dos produtos.

2. Manutenção dos serviços - Centro de Referencia Clarice Lispector e Casa Abrigo Sempre Viva no atendimento as mulheres em situação de violência domestica e sexista, assegurando-os por lei, instituindo concurso público para seu quadro de profissionais.

Os recursos investidos para a manutenção foram R\$ 454.000 (mais de um terço do

orçamento da Coordenadoria da Mulher desse ano) segundo informações da própria Coordenadoria.

A segunda demanda trata sobre a elaboração por parte do executivo, de uma lei específica para garantir os serviços de assistência a mulher vítima de violência e promover concurso público para os/as profissionais destes serviços.

Por parte do poder executivo, existe um decreto de n. 19193 de 25 de fevereiro de 2002 que institui o Programa de Assistência e prevenção á violência doméstica e sexista e o Projeto Lei 34/06 para insituir os serviços em lei. No entanto, a própria prefeitura através do Departamento Jurídico ainda não aprovou. Muita das justificativas estão voltadas para impedimentos de caráter jurídico, porém não colocados como debates para a sociedade.

3. **Garantir a atenção humanizada a mulher no abortamento inseguro.**

Foram várias as ações realizadas:

- Implantação do procedimento da Aspiração Manual Intra-Uterina – AMIU, nas maternidades municipais, com aquisição dos kites para a realização do procedimento e capacitação dos profissionais das maternidades.
 - Realização de um fórum de debate com os profissionais de saúde e movimentos sociais sobre o aborto inseguro;
 - Lançamento do folder do aborto em que orienta e informa as mulheres sobre a questão do abortamento inseguro.
 - Lançamento do protocolo da violência em que inclui a questão do aborto legal.
 - Implantação na rede básica de saúde da anticoncepção de emergência ACE.
 - Realização de um fórum de debate com o lançamento de pesquisa realizada pela ONG CURUMIM sobre a ACE, com os profissionais da saúde e movimento sociais.

Sobre os recursos investidos para esta prioridade a Coordenadoria da Mulher não dispõe de dados já que o orçamento para as atividades foi através da Secretaria da saúde- Saúde da Mulher por tratar-se de demandas relacionadas com saúde.

Ações na área de saúde apresentada pela coordenadoria na plenaria da mulher.

- Seminário sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e a luta contra a Aids.
- Capacitação dos gerentes de território da secretaria de saúde, do projeto de gênero e PSF.

- Oficina de atualização em DST/AIDS para agentes multiplicadores das RPAS

A falta de informação sobre as ações relacionadas ou realizadas com políticas de gênero é um fato também nas demais Secretarias da Prefeitura. A questão de gênero não é portanto um elemento estruturador dentro do orçamento e os recursos investidos em políticas para as mulheres. Por isso é muito difícil saber tanto as atividades quanto os recursos investidos em políticas para as mulheres.

No entanto, é bastante visível que as atividades realizadas apresentam ao nosso ver, dois grandes problemas. Um que trata de uma listagem de atividades que quando na apresentação fica difícil de indentificar ou “separar” o que é realmente ação política e não somente relacionada ou articulada com as prioridades apontadas pelas mulheres na plenária temática do Op, ou se estas atividades apresentadas fazem parte do próprio cronograma de ações da coordenadoria ou da secretaria da saúde da mulher como é o caso aqui ilustrado.

Outra questão que identificamos é que em sua maioria, as atividades estão voltadas para o aspecto da formação e capacitação, embora reconhecemos e afirmamos que esta dimensão é de fundamental importância, mas, em se tratando do OP como mecanismo da participação política das mulheres, em que medida as mulheres não estão neste espaço somente participando das atividades promovidas pela prefeitura? Ou, em que estas atividades se relacionam de fato com as ações apontadas nas plenárias temáticas, e como as mulheres percebem a efetivação destas políticas no seu cotidiano, lá no seu barro, na sua comunidade, no posto de saúde... Enfim, na efetivação e no acesso a seus direitos?

Sobre as prioridades eleitas no ano **2006** e preciso apontar aqui que a Coordenadoria da Mulher ainda não dispõe dos dados sobre as atividades realizadas e muitas das atividades ainda não estavam realizadas no momento de relatar este documento. Segundo a metodologia do OP as prioridades de 2006 são realizadas até a próxima plenária temática da mulher que será realizada em Junho de 2007, onde são eleitas outras três novas prioridades para o período de julho de 2007 a julho de 2008.

No ano **2006** as prioridades eleitas na Plenária Temática da Mulher foram:

15

- 1. Criação de espaços nas RPAs de comercialização de produtos das mulheres empreendedoras do Recife.**

Segundo dados da Coordenadoria 100 mulheres comercializam de fato nas feiras que são realizadas mensalmente no rool da prefeitura e 250 mulheres se encontram na lista de espera. No momento de elaboração do documento estava planejada a realização de um seminário para manter as feiras organizadas pela Secretaria do Desenvolvimento Económico e a Secretaría da Cultura.

2. Garantir capacitação para o desenvolvimento de Projetos Econômicos estimulando a autonomia, elevação de auto-estima das mulheres em situação de violência doméstica e sexista, em especial as mulheres atendidas nos serviços de referencia municipal.

Diferentes cursos foram feitos pela Coordenadoria da Mulher(entre eles o seminário Mulher Negra Historia e Conquistas e o Curso de Panificação de pães caseiros) mais no momento da realização do documento não existia mas informação sobre as atividades e dos recursos investidos com elas. Os seminários t inha média de 50 a 60 participantes das diversas rpas.

3. Formação da 2ª turma do Curso estética afro

No momento da redação do documento estava planejada a realização do curso e estavam reservados 70.000 \$R para sua realização. Esta atividade tem se repetido devido a satisfação das próprias mulheres no que trata a auto-estima e embelezamento resgatando suas origens afro.O que é importante também perceber que está apontada a atividade/ação e não a linha prioritária que trata da igualdade racial.

Os dados sobre as atividades realizadas em relação as prioridades eleitas na Plenaria da Mulher foram administrados pela Coordenadoria da Mulher. Como vamos apontando ao longo do documento, a falta de informação é muita e não é possível analisar nos últimos dois anos quanto da porcentagem de investimentos do Orçamento geral da Coordenadoria tem relação com as prioridades eleitas no OP para assim poder constatar a relevância das mesmas na hora de planejamento de atividades da Coordenadoria.

Sobre as demais Secretarías da Prefeitura não existe informação sobre as atividades especificas em relação as prioridades eleitas pela Plenaria Temática da Mulher dificultando assim a análise e reduzindo somente aos dados existentes da Coordenadoria da Mulher.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apontado no início do documento, o OP é um instrumento a levar em consideração e ser utilizado pelas mulheres na hora de fazer demandas e conseguir conquistas, por outro lado, são muitos os dilemas para que OP se constitua de fato em um mecanismo verdadeiro de decisão sobre o orçamento público: a dificuldade na execução das prioridades eleitas pelo OP; a relação com a máquina administrativa e o poder legislativo, ainda marcadas pela dificuldade de diálogo e disputa de poder; a própria formação dos sujeitos no entendimento técnico-político do orçamento público municipal são questões atuais e que merecem serem recolocadas no centro dos debates.

Também são apontados diversos desafios a exemplo do aprimoramento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e execução orçamentária a ser tomado pelas gestões, no sentido de sua maior transparência e possibilidades de análise e entendimento por parte do cidadãos e cidadãs do município. Como foi possível constatar ao longo do documento os limites para obter informação são muitos já que não existem dados clarificadores sobre as políticas para as mulheres levadas a cabo por parte da prefeitura e sua relação com as prioridades eleitas no OP. A questão de gênero não tem se efetivado como um elemento estruturador na hora de apresentar os orçamentos e as atividades realizadas, inclusive para elaborar análises exaustivas das políticas para as mulheres levadas pela Prefeitura do Recife. O fato de não existir este tipo de informações já é revelador.

A falta de dados é um limite também para as próprias mulheres já que não é possível fiscalizar as ações da prefeitura no geral, é da Coordenadoria em particular na medida que não dispõe de dados sobre as atividades planejadas e realizadas e os recursos planejados e investidos.

Alem de todos os limites apontados é preciso ressaltar as potencialidades do OP e os desafios que podem representar como ferramenta de participação e inclusão das mulheres na vida política e como mecanismo para facilitar a definição e controle orçamentário. Por isso ressaltamos a importância de incluir a definição e controle orçamentário nas agendas dos movimentos e organizações de mulheres como uma das áreas nas suas lutas, tendo como objetivo o fortalecimento das debilidades existentes e como ferramenta para alcançar seus direitos.